



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS
SUBSEÇÃO DE TRANSPORTES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de SEGURO TOTAL para 22 (vinte e dois) veículos automotores pertencentes à frota do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, na modalidade franquía reduzida, com cobertura, unidades, quantidades, especificações do Objeto, da Apólice, da Franquia e demais considerações estabelecidas neste instrumento e as constantes no ANEXO ÚNICO deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A necessidade da contratação se justifica em razão da probabilidade de ocorrências de acidentes de trânsito e outros sinistros, decorrentes da rotineira utilização dos veículos da frota do Poder Judiciário Estadual, fazendo-se necessário contratar o serviço de Seguro Total, como forma de reduzir as despesas decorrentes dos supracitados sinistros, nos casos de dano ou perda patrimonial, ao valor da franquía, bem como, a fim de acobertar a responsabilidade civil objetiva da Administração, nos casos de acidente fatal, invalidez de pessoas envolvidas ou de danos a terceiros.

2.2 A contratação do serviço visa manter os veículos constantes do ANEXO ÚNICO deste Termo de Referência com cobertura de Seguro Total, vez que o término do prazo da contratação atual do Seguro Total de 22 (vinte e dois) veículos automotores pertencentes a frota do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, Contrato n.º 17/2021, que ocorrerá em 26.03.2022.

3. QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO

3.1 As especificações dos serviços, os quantitativos e unidades, encontram-se consignados no ANEXO ÚNICO deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, para demanda cujo objeto tem natureza de serviço comum, enquadrando-se na classificação do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, art. 14 da IN n.º 5/2017 e art. 1º do Decreto n.º 10.024/2019, cujos padrões de desempenho e qualidade

podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio das especificações usuais no mercado.

5. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

5.1 Somente serão aceitas propostas cujos serviços estejam de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência e no ANEXO ÚNICO.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes deverão apresentar documentação relativa à qualificação econômica e financeira, e/ou ter sua habilitação verificada por meio do SICAF, onde serão apresentados e avaliados os seguintes documentos:

6.1.1 registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.2 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

6.1.3 número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

6.1.4 Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tribunais Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;

6.1.5 prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

6.1.6 Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

6.1.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

6.1.8 Certidão negativa de Falência, Concordata ou, se for o caso, Certidão de recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.1.9 declaração de cumprimento do disposto do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n.º 9.854/1999), com modelo que deverá constar em Anexo do Edital. Esta declaração pode ser apresentada eletronicamente quando da realização da sessão pública do certame pelo sistema Compras Governamentais;

6.1.9 Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, comprovando que a empresa está autorizada a operar no mercado de seguros;

6.1.9.1 o documento deverá conter validade da declaração, o nome, CNPJ, número e data de publicação da Portaria de autorização da empresa seguradora, além do código da certidão para que o TJRN possa validar o documento;

6.1.9.1.1 Justificativa: a necessidade de apresentação da Certidão visa demonstrar que as licitantes estão autorizadas pelo órgão regulador, a comercializar o objeto almejado na licitação. A finalidade

é resguardar o interesse da Administração, procurando-se, com a exigência de demonstração da Certidão, primar pela legalidade da operação em atividade regulada e preservar a competição entre todos aqueles que reúnem condições de comercializar o objeto licitado.

6.1.10 comprovação da qualificação econômico financeira mediante a verificação dos Índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e de Liquidez Corrente, que deverão ser iguais ou superior a 1 (um);

6.1.10.1 as empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), ou que não conste o cálculo dos Índices no SICAF, deverão comprovar por meio do Balanço Patrimonial, patrimônio Líquido compatível com o valor da contratação, devendo apresentar patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.1.11 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a saúde financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

6.1.12 as empresas com menos de 1 (um) Exercício Social de existência devem cumprir a exigência em questão mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado;

6.1.13 caso nos registros cadastrais conste algum documento vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, conforme estipulado no Edital no item que trata da conclusão da negociação e envio da proposta no prazo de 2 (duas) horas da conclusão do Pregão Eletrônico.

6.1.14 A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, 6º, 10 à 16 e 21, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018.

7. DO VALOR TOTAL ADMITIDO PARA CONTRATAÇÃO

7.1 A contratação da pessoa jurídica para prestação de serviços de SEGURO TOTAL para os veículos automotores pertencentes à frota do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, em conformidade com as especificações, unidades e quantidades, constantes do ANEXO ÚNICO deste Termo de Referência, deve considerar o valor do Quantitativo Geral do Objeto da Contratação, que constitui a totalidade do objeto da demanda, fixado na Tabela abaixo:

TABELA I – Quantitativo Geral do Objeto da Contratação.

Quantidade	Bens segurados	Total (R\$)
22	Veículos Automotores	83.651,89

7.2 Os dados apresentados na Tabela I – Quantitativo Geral do Objeto da Contratação, constituem a totalidade do objeto da presente contratação, que ficou estimado em **R\$83.651,89** (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos).

7.3 Assim, para a contratação de serviços de Seguro Total para 22 (vinte e dois) veículos automotores, em conformidade com as especificações, unidades e quantidades, constantes no ANEXO ÚNICO deste Termo de Referência, e as respectivas condições, a estimativa é de que o Poder Judiciário terá que despendar **R\$83.651,89** (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos).

7.4 O valor estimado na Tabela acima será considerado como preço máximo para aceitação da proposta pelo Poder Judiciário, cuja atualização será efetuada após a realização da pesquisa de mercado pelo setor competente.

7.5 O critério de julgamento da licitação será o menor preço total, por grupo, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

7.6 A quantidade mínima de unidades a ser cotada na proposta, por grupo, é de 100% (cem por cento) da quantidade total estimada.

7.7 Assim, espera-se com a contratação da prestação do serviço que os bens, que fazem parte do patrimônio do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, possam estar totalmente segurados nos casos de dano ou perda patrimonial, ao valor da franquia, bem como, a fim de acobertar a responsabilidade civil objetiva da Administração, nos casos de acidente fatal, invalidez de pessoas envolvidas ou de danos a terceiros.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A Dotação Orçamentária deverá ser informada pela SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças em momento oportuno, tomando por base o valor da pesquisa mercadológica, valor que no momento está sendo estimado em **R\$83.651,89** (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos) pela Equipe Técnica, conforme apresentado no item 7 – Do Valor Total Admitido para Contratação, deste Termo de Referência, e que deve ser atualizado após o relatório de pesquisa de mercado que será feito posteriormente.

9. DA LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE SELEÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 Assim, em virtude da natureza simplificada do objeto, sugere-se que o certame licitatório seja realizado por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, utilizando-se o critério de **Menor preço e maior vantagem, por grupo**, como critério para seleção do prestador de serviços de Seguro Total, uma vez que, embora os bens que constituem o objeto da contratação, e que estarão contidos no ANEXO ÚNICO do Termo de Referência, guardem entre si natureza divisível, há maior vantagem na adoção do critério por agrupamento, observado o entendimento do TCU de que é legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando o critério por item onerar “*o trabalho da Administração Pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala, celeridade processual*” e a gestão contratual.

9.2 O serviço a ser contratado é considerado como serviço comum vez que este se enquadra na classificação definida pela Lei n.º 10.520/2002, art. 14 da IN n.º 5/2017 e art. 1º do Decreto n.º 10.024/2019, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio das especificações usuais no mercado.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO DA MODALIDADE SUGERIDA

10.1 A modalidade sugerida – Pregão, na forma eletrônica – já vem sendo utilizada há bastante tempo e tem previsão legal nos seguintes Diplomas:

- a) Art. 11, da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, ao reger que “As compras e contratações de produtos e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de registros de preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666/1993, poderão adotar a modalidade de Pregão, conforme regulamento específico.”;
- b) Art. 1º, do Decreto Estadual n.º 17.145/2003, regulamentando que “Este Decreto estabelece os procedimentos para a realização de licitações na modalidade de Pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominado Pregão eletrônico, destinado à aquisição de produtos e serviços comuns, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte”;
- c) Portaria n.º 274-TJ/RN, de 07 de abril de 2005, que regulamenta “os procedimentos para a realização de licitação na modalidade Pregão, para aquisição de produtos e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, no âmbito do Poder Judiciário”;
- d) Art. 1º, do Decreto n.º 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019, que “regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal”.

11. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 Assinado o contrato decorrente deste procedimento, a licitante contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para efetuar a entrega das apólices, a contar do início da vigência da apólice que é a partir das 00h00 do dia 27 de março de 2022.

11.2 O prazo fixado para entrega das apólices poderá, mediante solicitação por escrito da licitante contratada e a exclusivo critério do titular da Secretaria de Administração do TJ/RN, ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias corridos, estabelecendo-se que:

- a) caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para entrega das apólices, a licitante contratada deverá apresentar ao TJ/RN, até as 18 (dezoito) horas do penúltimo dia do prazo estabelecido no subitem anterior, **pedido de prorrogação, acompanhado de justificativa por escrito, devidamente fundamentada;**
- b) o pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado à Secretaria de Administração do TJ/RN, ficando a critério do titular daquela unidade acolher ou não o requerimento da licitante contratada.

11.3 Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que as apólices tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a licitante contratada sujeita às penalidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo contrato.

11.4 Fica estabelecido que as apólices deverão ser recebidas, fiscalizadas e atestadas pela Subseção de Transporte do TJRN, que designará servidor para funcionar como Fiscal do Contrato a ser firmado, obedecendo-se aos seguintes procedimentos:

a) Provisoriamente: assim que forem executados os serviços, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações exigidas no ANEXO ÚNICO, deste Termo de Referência, bem como, com as especificações constantes da proposta apresentada pela licitante contratada;

b) Definitivamente: após verificação da conformidade dos serviços com as referidas especificações, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da lavratura do termo de recebimento provisório.

11.5 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços fornecidos foram prestados em desacordo com as especificações contidas no contrato firmado, na respectiva proposta de preços e neste Termo de referência, depois da licitante contratada ser devidamente notificada/comunicada, esta terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos para entregá-los, desta vez, dentro das referidas especificações.

11.6 O **recebimento definitivo** dos serviços, objeto deste Certame, não exclui a responsabilidade da licitante contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo TJ/RN, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90).

11.7 A Contratada deverá colocar a disposição da Contratante central de atendimento para aviso de sinistro 24 (vinte quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana.

11.7.1 A central poderá receber aviso de sinistro por e-mail, telefone, fax, whatsapp, ou outros serviços online com acessibilidade em todo o território Nacional.

11.8 Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas, contado do aviso de sinistro, independentemente da localização do veículo.

11.9 Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela Contratante e processadas pela Contratada, mediante endosso;

11.9.1 Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome da Contratante (ou segurado), endereço, chassi e placas de veículos, emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto do contrato, que se verificarem durante a período da sua vigência.

11.9.2 O prazo para emissão de Endosso não deverá ser superior a 15 (quinze) dias, contados de pedido expresso pela Contratante.

11.10 Na ocorrência de sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas, danos e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da ocorrência do sinistro pela Contratante, para avaliação dos danos e conclusão a respeito da cobertura que deve ser dada, adotando-se todas as providências necessárias para o efetivo cumprimento do objeto contratado, que deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, dando a regular quitação do serviço.

11.10.1 Decorrido o prazo dos 5 (cinco) dias estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da Contratada, a Contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Contratada arcar com os ônus da execução integralmente.

11.11 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração securitária será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

11.12 Em caso de sinistro em que o veículo possa ser recuperado, tratando-se de veículos em garantia, a execução dos serviços será na Oficina da Concessionária Autorizada; tratando-se de veículos fora do período de garantia, a escolha da oficina para execução dos serviços ficará

totalmente a cargo da Contratante, que deverá comunicar a Contratada via e-mail, telefone, fax, whatsapp, ou outros serviços online com acessibilidade em todo o Território Nacional, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

11.13 Se o veículo for restituído a Contratante, antes dos 30 (trinta) dias seguintes à data do roubo ou furto, esta poderá recebê-lo, desde que se encontre nas mesmas condições de uso anterior a ocorrência do fato, comprovadas mediante inspeção-geral efetuada e aprovada pela Contratante.

11.14 A empresa Contratada deverá nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do Contrato.

11.15 A cobertura adicional de assistência 24 horas, deve manter os seguintes serviços mínimos: chaveiro; reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela Contratante; transporte de pessoas a serviço da Contratante em decorrência da imobilização, roubo ou furto do veículo segurado, assim como no caso de pane elétrica.

11.16 A execução dos serviços será iniciada à 00h00 (zero) hora do dia 27 de março de 2022.

11.17 Os veículos objeto da contratação do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, que são 22 (vinte e dois), atualmente estão segurados: Contrato 17/2021, mas com prazo do término de vigência contratual a expirar. Assim, nova contratação é necessária para manter a continuidade do serviço, tendo em vista que, no caso de seguro, a prorrogação do contrato não é possível, pois se trata de contrato regido por regras de direito privado e condições fixadas pelo órgão regulamentador competente, no caso, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Outrossim, informamos que não é possível a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, dada a natureza do objeto (Código Civil art. 757, § único; Decreto-Lei n.º 73/66 e Lei Complementar n.º 123/06 art. 3º, § quarto, VIII).

12. GESTÃO DO CONTRATO

12.1 Nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da Subseção de Transporte, que designará servidor para acompanhar todos os atos, ficando responsável também pela fiscalização, o recebimento e atesto do documento de cobrança.

12.2 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

12.3 Será formalizado com o licitante vencedor um único contrato, que contemplará todos os bens listados no ANEXO ÚNICO. O Contrato terá como gestor geral o Chefe da Subseção de Transporte, que encontra-se localizada na Sede do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, na Avenida Jerônimo Câmara, nº 2000 – CEP 59.060-300 - Natal/RN.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, são obrigações da licitante **CONTRATADA**:

13.1.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.1.2 Manter seus empregados, por ocasião da prestação dos serviços, sujeitos às normas disciplinares do TJ/RN, porém, sem qualquer vínculo com o referido Órgão;

13.1.3 Responder pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao TJ/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização do TJ/RN;

13.1.4 Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens propriedade do TJ/RN, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a prestação dos serviços;

13.1.5 Atender de imediato aos chamados do TJ/RN, em caso de sinistro, para que sejam providenciados todos os trâmites legais decorrentes do contrato a ser firmado;

13.1.6 Elaborar apólices condizentes com as exigências deste Termo de Referência para que não haja conflito de disposições, o que ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento, bem como, cumprir com os prazos e condições previstas neste Termo;

13.1.7 Garantir assistência 24 (vinte e quatro) horas completas, durante os 07 (sete) dias da semana, inclusive assistência de reboque, em todo o território Nacional, para os veículos segurados;

13.1.8 Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados nas dependências do TJ/RN, bem assim, responsabilizar-se por todas aquelas decorrentes do pagamento de salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e de ordem de classe, indenizações, seguro contra acidente de trabalho e quaisquer outras pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;

13.1.9 Cumprir rigorosamente os termos da sua proposta de preços, inclusive os prazos estipulados, a qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer sejam no preço ou nas condições estabelecidas;

13.1.10 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TJ/RN, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência ao TJ/RN, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato a ser firmado;

13.1.11 Prover todos os meios necessários à garantia do pleno atendimento das obrigações ora assumidas, inclusive considerados os casos greves ou paralisação de qualquer natureza;

13.1.12 Vedação de justificar atraso na execução de qualquer serviço, mesmo sob a alegação de força maior, que venha a gerar a má execução ou inexecução do respectivo contrato;

13.1.13 Comunicar imediatamente ao TJ/RN qualquer alteração ocorrida no seu endereço, na conta bancária, no e-mail, no telefone e/ou fax, indicados em sua proposta de preços, bem assim, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelo TJ/RN;

13.1.14 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global correspondente contrato, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes da respectiva proposta de preços;

13.1.15 Não transferir a terceiros as obrigações decorrentes do contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito, da Administração do TJ/RN;

13.1.16 Nomear e informar ao setor competente do TJRN, até o 5º (quinto) dia útil, após a assinatura do Contrato, Corretor de Seguro, ou empresa, responsável pelos serviços de atendimento ao segurado em situação de sinistros, disponibilizando ao Tribunal de Justiça todos os contatos disponíveis (telefone, aplicativo de mensagem instantânea, e-mail etc.) em caso de necessidade por possível assessoramento;

13.1.16.1 Em sendo acionado o corretor ou empresa responsável, este deverá ser enviado ao local solicitado, em casos de sinistro, em até 2 (duas) horas contadas da solicitação, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;

13.1.17 Deve atender as determinações regulares de autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

13.1.18 A licitante contratada obrigar-se-á a satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no contrato;

13.1.19 Quando da inadimplência da licitante contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos subitens anteriores deste Termo de Referência, não transferir a responsabilidade por seu não pagamento ao TJ/RN, nem poderá onerar o objeto do respectivo contrato, razão pela qual a licitante contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o TJ/RN.

13.1.20 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

13.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.2.2 Indicar servidor da Subseção de Transporte para acompanhar a formalização da contratação e fiscalizar a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência;

13.2.3 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços descritos no presente Termo de Referência, bem como, aplicar à licitante contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, comunicando de imediato as ocorrências de quaisquer fatos que exijam imediatas corretivas por parte da licitante contratada;

13.2.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela licitante contratada, desde que pertinente ao objeto do respectivo contrato;

13.2.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;

13.2.6 Assegurar, observadas as normas de segurança do TJ/RN, o acesso dos empregados da licitante contratada ao local onde serão efetivados os serviços, objeto da presente licitação;

13.2.7 Efetuar fiscalização, através de Comissão designada para esse fim, ou servidor designado pelo Presidente do TJ/RN para funcionar como fiscal do contrato a ser firmado, fornecendo comprovante à licitante contratada;

13.2.8 Sustar/recusar o recebimento das apólices que não estiverem em conformidade com o presente Termo de Referência e com as especificações constantes da proposta apresentada pela licitante contratada;

13.2.9 Comunicar a licitante contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do contrato a ser firmado, exigindo que a mesma adote as providências necessárias para sanar os problemas;

13.2.10 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e seus respectivos anexos;

13.2.11 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência, Edital, seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo do objeto;

13.2.12 comunicar à licitante contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.2.13 efetuar o pagamento à licitante contratada de acordo com as condições estabelecidas no contrato;

13.2.14 o TJ/RN não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela licitante contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da licitante contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.2.15 suspender de imediato a execução contratual que não estiver em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços da licitante contratada.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 Em conformidade com o art. 67 da Lei n.º 8.666/93, será designado pelo TJ/RN representante para acompanhar e fiscalizar a entrega das apólices, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas, ou defeitos observados, e as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como nome de funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis.

15.2 A fiscalização realizada pelo TJ/RN não exclui e nem reduz a responsabilidade da licitante contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do TJ/RN ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por servidor designado pela Subseção de Transportes, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93.

15.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

15.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n.º 8.666/93.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento pela execução do contrato objeto deste termo de Referência, a ser assumida pela licitante contratada, será efetuado em conformidade com a Resolução n.º 15-TJ, de 09 de maio de 2018, **será 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo das apólices**, e mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura à Secretaria de Orçamento e Finanças do TJ/RN, devendo a Nota/Fatura estar

devidamente atestada por servidor da Subseção de Transporte, designado para funcionar como fiscal do respectivo contrato, e acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta quanto a Dívida Ativa da União e Débitos de Tributos e Contribuições Federais), Estadual (Certidão Conjunta quanto a Dívida Ativa do Estado e Tributos Estaduais) e Municipal (Certidão Negativa de Débitos par com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da empresa licitante;
- b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.2 A Nota Fiscal/Fatura, referida no item 16.1 deste Termo de Referência deve estar acompanhada dos documentos previstos nas alíneas do referido dispositivo, a fim de que o fiscal do contrato realize remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças do TJRN para liquidação e pagamento dentro do prazo estabelecido neste Termo de referência.

16.3 A Secretaria de Orçamento e Finanças do TJRN, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim, aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas a licitante contratada, por infração a cláusula do contrato a ser firmado.

16.4 Qualquer pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com os órgãos referidos nas alíneas b, c e d do subitem 16.1, deste Termo de Referência.

16.5 Na ocorrência de pagamentos efetuados indevidamente ou com valores à maior, a Contratada deverá restituí-los de forma integral ou na proporção do montante excedente.

16.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1 Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas neste Contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

- a) Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos ao CONTRATANTE;
- b) Multa, nas seguintes condições:
 - b.1) multa diária de 1% (um por cento) do valor do serviço não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do serviço, pelo atraso na entrega do mesmo em relação ao prazo estipulado;
 - b.2) multa de 10% (dez por cento) do valor do serviço pela recusa em efetuar a entrega do mesmo, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado;

b.3) multa de 2% (dois por cento) do valor do serviço recusado, por dia decorrido pela demora em substituir o serviço rejeitado, a contar do 2º (segundo) dia da data da notificação da rejeição;

b.4) multa de 10% (dez por cento) do valor do serviço rejeitado pela recusa da CONTRATADA em substituir o serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição;

b.5) multa de 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento, pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Contrato ou no instrumento convocatório e não abrangida nos subitens anteriores.

c) Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Norte e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até cinco (5) anos nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme estabelece o art. 87, III, da Lei 8.666/93.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior, conforme estabelece o art. 87, IV, da Lei 8.666/93.

17.2 As multas estabelecidas no item anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

17.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

17.4 Os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, serem quitados, espontaneamente, pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de recebimento da comunicação respectiva.

17.5 Expirado o prazo fixado no subitem 15.4 desta Cláusula, e não tendo havido a quitação espontânea pela CONTRATADA, o CONTRATANTE fica autorizado a descontar da respectiva garantia contratual, ou de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, a importância correspondente à multa ainda não quitada.

17.6 Em última hipótese, o saldo remanescente será cobrado judicialmente, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

17.7 À Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios – CLCC, após determinação da Secretaria da Administração, caberá efetuar o registro da aplicação das penalidades no SICAF.

18 DA FISCALIZAÇÃO

18.1 O Tribunal de Justiça, para o integral cumprimento do Contrato a ser oportunamente firmado, deverá designar servidor da Subseção de Transporte para funcionar como fiscal do contrato a ser firmado, com conhecimento técnico na respectiva área, para recebimento e conferência dos serviços executados.

18.2 O servidor da Subseção de Transporte, designado para atuar como fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato a ser firmado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do referido fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

18.4 A licitante contratada deverá exercer fiscalização permanente sobre a execução do respectivo contrato, objetivando, sobretudo, manter elevado padrão de qualidade na execução dos serviços solicitados e evitar descumprimento das cláusulas do contrato a ser firmado.

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E VISTORIA

19.1 Além de atender as especificações referentes a qualificação técnica do art. 30 da Lei 8.666/93, a contratada deverá apresentar um, ou mais, atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a prestação de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação.

19.2 A licitante contratada poderá realizar, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, antes da abertura do Certame, a vistoria dos automóveis objetos da apólice de seguros, sob acompanhamento de Equipe Técnica designada pela Contratante de seguros.

George Rosado Cascudo Rodrigues
Chefe da Subseção de Transporte